

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1973

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro
REUNIÕES — As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 51.ª Sessão Ordinária Realizada em 23 de Abril de 1973 - (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Muggiati Filho e Basílio Zanusso.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aguiñaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Candido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsim — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quilse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Jorge Sato e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os seguintes srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Emilio Carazzai — Alvaro Dias — David Federmann — Antonio — Maciel — Wilson Brandão e Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM 35-73

Curitiba, 11 de abril de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação da letra h, inciso III, do artigo 3.º, da Lei n. 6.316 de 20 de setembro de 1972.

A lei n.º 6.316-72 é a que instituiu a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C., e a modificação ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa visa substituir, no art. 3.º da citada lei, um dos imóveis arrolados na constituição do patrimônio da referida Fundação. Assim, o imóvel situado à rua Barão de Antonina n. 325, nesta Capital, retorna ao patrimônio do Estado a fim de ser utilizado por outros órgãos da Administração direta, conforme estudos a serem feitos oportunamente, passando, consequentemente, a integrar o patrimônio do I.T.C. o imóvel situado à rua Engenheiro Rebouças, nesta Capital o qual está devidamente descrito no anexo Plano de Lei.

Certo de que a medida legal proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. A letra h, inciso III, do artigo 3.º da Lei n. 6.316, de 20 de dezembro de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

“h — uma área de terreno de forma irregular com 1.398.50 m², constituida do lote B, com 37,00 m de frente a rua Engenheiro Rebouças; 30,44 m de frente a rua Francisco Nunes da cidade de Curitiba, conforme transcrição n. 5.133 do Livro 3.º — C, e averbado sob n. 9.196 do Livro Av. 2 de averbações da 1.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N. 36-73

Curitiba, 11 de abril de 1973.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 8.º, do Decreto-Lei n. 646, de 19 de junho de 1947, visa dar destinação ao patrimônio da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração — FPGI.

Com fundamento no disposto no art. 8.º do referido Decreto-Lei n.º 646-47, a Fundação poderia ser extinta por proposta de sua administração, aprovada pelo Governador do Estado, no caso de verificar-se a sua inconveniência ou impossibilidade de sua manutenção.

O evento da extinção veio a ocorrer quando do édito do decreto n. 2951, de 21 de dezembro de 1972, baseado na proposta contida no ofício CGI — 051-69 da FPGI, e fundamentada no art. 8.º e seu parágrafo único do Decreto Lei n. 646-47 e no art. 5.º do Estatuto aprovado pelo Decreto n. 10.851, de 10 de outubro de 1953.

Já, pelo Decreto n. 2.653, de 13 de outubro de 1972, foi constituída Comissão destinada a proceder o levantamento do patrimônio líquido da FPCI para efeito de lhe ser dado destino na forma prevista nos atos que a instituíram.

Os trabalhos da Comissão foram concluídos e relatados, ficando patentemente demonstrada a necessidade de ultimar-se a regularização dominial de inúmeros imóveis rurais, a favor de legítimos ocupantes e promitentes compradores do órgão extinto, função esta que deve ser cumprida pelo Poder Executivo, através do seu órgão próprio, ou seja a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

Os bens móveis, semoventes, instalações, equipamentos e utensílios, participações créditos de devedores diversos e depósitos bancários devem ser transferidos à Fundação Instituto de Terras e Cartografia como meio de dar-lhe condições de cumprir a regularização do remanescente do patrimônio da FPCI, que, com sua extinção, deve ter no Poder Executivo o seu sucessor, até final liquidação de tal patrimônio.

Certo de que o Plano de lei ora proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os bens imóveis constantes do levantamento do patrimônio líquido da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração — FPCI, efetuado pela comissão designada pelo Decreto n. 2.653, de 13 de outubro de 1972, reverterem ao Estado do Paraná.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo, através da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C. autorizado a alienar os imóveis de que trata este artigo.

Art. 2.º — Os bens imóveis, semoventes, instalações, equipamentos e utensílios, participações, créditos de devedores e depósitos bancários, constantes do levantamento efetuado pela comissão designada pelo Decreto n. 2.653 de 13 de outubro de 1972, ficam transferidos à Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 37-73

Curitiba, 11 de abril de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 4.516.022,00 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil e vinte e dois cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, instituída pelo Lei n. 6.316, de 20 de setembro de 1972.

O crédito especial cuja autorização para abertura constitui objeto de Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa é de grande significação e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, tal crédito orçamentário, virá ensejar condições a fim de que o Instituto de Terras e Cartografia, órgão recentemente criado e instalado possa contar, no corrente exercício, com programação financeira capaz de assegurar ao referido Instituto um perfeito desempenho de suas reais necessidades.

Em obediência ao disposto na Lei Federal n. 4.320, de 14 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro), o anteprojeto prevê, como recurso para cobertura do crédito especial em questão, o necessário cancelamento de verbas no vigente Orçamento Geral do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial no valor de Cr\$ 4.516.022,00 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil e vinte e dois cruzeiros), para atender despesas com a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C. instituída pela Lei n.º 6.316, de 20 de setembro de 1972, de acordo com a seguinte discriminação: Órgão — Secretaria de Estado dos Negócios do Governo

Unidade: — Gabinete do Secretário — Entidades Supervisionadas

Programa: — Colonização

Atividade: — Programação a cargo da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C.

Dotação: — 2107.0504.2835

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	Cr\$	3.674.974,00
3.2.0.0 — TRANSFERENCIAIS CORRENTES	Cr\$	3.674.974,00
3.2.7.0 — Diversas Transferencias Correntes	Cr\$	3.674.974,00
3.2.7.5 — Fundações Instituídas pelo Poder Público ..	Cr\$	3.674.974,00
01 — Pessoal	Cr\$	1.952.625,00
03 — Outros Custeios	Cr\$	1.523.941,00
06 — Salário Família	Cr\$	38.408,00
07 — Contribuições de Previdência Social	Cr\$	160.000,00
4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL	Cr\$	841.048,00
4.3.0.0 — TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	Cr\$	841.048,00
4.3.4.0 — Auxílios para Equipamentos Instalações	Cr\$	202.757,00
4.3.5.0 — Auxílios para Material Permanente	Cr\$	33.291,00
4.3.7.0 — Contribuições Diversas	Cr\$	605.000,00
4.3.7.4 — Diversas	Cr\$	605.000,00
04 — Outras Contribuições	Cr\$	605.000,00
T O T A L	Cr\$	4.516.022,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo a cancelar igual importância constante do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.357, de 7 de dezembro de 1972.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 38-73

Curitiba, 11 de abril de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n.º 02-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização do 1.º Curso Nacional sobre Conservação de Solos organizado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras — CIDIAT.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos da estima e consideração.

((a) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado

ACORDO N.º 02-73

Termo de Acordo celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — e o Estado do Paraná.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — autar-

quia federal criada pelo Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 20 da Lei n.º 5365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-lei n.º 576, de 08 de maio de 1969 e pelo Decreto-lei n.º 840, de 08 de setembro de 1969, inscrita no CGC/MF sob o n.º 92885151, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, ao final assinado, na forma do artigo 15 do Decreto-lei n.º 301, de agora em diante, designada simplesmente "SUDESUL" e o Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor João Mansur, Presidente da Assembleia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado, também ao final assinado, doravante designado simplesmente "Estado", tem justo, certo e combinado, a celebração do presente Acordo, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA:

O presente ACORDO visa à realização do 1.º Curso Nacional sobre Conservação de Solos organizado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras — CIDIAT —, tendo como entidades auspiciadoras a Organização dos Estados Americanos — OEA —, a SUDESUL e o Governo do Estado do Paraná, tudo de acordo com o Plano de Aplicação e as especificações constantes no processo protocolado na "SUDESUL" sob o n.º 3073-72, e m25 de maio de 1972, os quais fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo único — Os itens do Plano de Aplicação e as especificações do Projeto, de que fala esta cláusula, poderão ser modificados, independentemente de ato aditivo, ante a solicitação fundamentada por parte do "ESTADO", desde que não alterem a classificação orçamentária e sejam aprovadas pela "SUDESUL".

CLAUSULA SEGUNDA:

A "SUDESUL" contribuirá, para a execução do acordado neste ato, com a importância de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) empenhada sob o n.º 240, em 14.02.1973, cuja despesa correrá por conta do Orçamento-Programa de 1973, classificada como segue: PROGRAMA: Educação; SUB-PROGRAMA: Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal; ATIVIDADE: 09.03.2.013 Capacitação de Recursos Humanos; ELEMENTO DE DESPESA: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros.

Parágrafo Primeiro — O pagamento da importância mencionada nesta cláusula será feito de uma só vez, após a assinatura do presente ACORDO.

Parágrafo Segundo — Toda e qualquer despesa que exceder, na execução do acordado neste ato, à contribuição da "SUDESUL", correrá por conta do "ESTADO".

Parágrafo Terceiro — A importância recebida pelo "ESTADO" será obrigatoriamente depositada no Banco do Brasil S. A., em conta vinculada.

Parágrafo Quarto — A prestação de contas do "ESTADO" será feita dentro do prazo de 2 (dois) meses, contados a partir do término do prazo estabelecido na cláusula terceira deste Termo, com os documentos originais correspondentes e organizada em forma contábil, observando as exigências do Código de Contabilidade Pública e da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964, acompanhada de demonstrativos, balancetes e outras peças próprias tudo de acordo com os modelos e instruções apresentados pela "SUDESUL".

Parágrafo Quinto — O saldo dos recursos mencionados nesta cláusula, porventura inaplicados, reverterão aos cofres da "SUDESUL", por ocasião da Prestação de Contas.

CLAUSULA TERCEIRA

"O ESTADO" obriga-se a concluir o Curso de que trata este ACORDO, dentro do prazo de 1 (um) mês, contado da data de assinatura do presente instrumento.

Parágrafo único — O prazo supra referido poderá ser prorrogado no caso de surgirem motivos de força maior, devidamente fundamentados, por solicitação prévia e expressa do "ESTADO", e com o consentimento da "SUDESUL".

CLAUSULA QUARTA:

O "ESTADO" se compromete, ainda, a imprimir em todas as publicações e materiais didáticos, que digam respeito ao acordado neste ato, bem como nos certificados de aprovação do Curso mencionado na cláusula primeira, os seguintes dizeres: "MINISTERIO DO INTERIOR — ACORDO COM A SUDESUL", cabendo-lhe, também, acrescentar relatório técnico com a avaliação dos resultados do Curso contendo o aproveitamento dos alunos, dentro do prazo de prestação de contas.

CLAUSULA QUINTA:

O "ESTADO", por seu titular ou por sua delegação, atestará a prestação de serviços de pessoal, técnico ou não, empregado na execução do presente ACORDO.

CLAUSULA SEXTA:

Fica assegurado à "SUDESUL" o direito de, em qualquer momento, inspecionar o andamento da execução do acordado neste ato, independentemente da prestação de contas que o "ESTADO" está obrigado a apresentar, conforme o estabelecido no parágrafo quinto da cláusula segunda.

Parágrafo único — Caberá ao Departamento de Recursos Humanos da "SUDESUL", através de sua Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal, a emissão do Laudo Técnico exigido pelo disposto no artigo 29 do Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

CLAUSULA SETIMA:

A falta de cumprimento de qualquer uma das cláusulas e condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente ACORDO. Se o inadimplemento for imputável ao "ESTADO", ficará este obrigado a restituir a importância recebida diretamente aos cofres da "SUDESUL", dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que a infração for constatada, independentemente de interposição judicial ou extra-judicial. Caso o inadimplemento for motivado pela "SUDESUL", ficará o "ESTADO" isento de qualquer responsabilidade.

CLAUSULA OITAVA:

O período de vigência do presente ACORDO será de 3 (três) meses a contar da data do pagamento mencionado no parágrafo primeiro da cláusula segunda deste instrumento.

CLAUSULA NONA:

As partes, de comum acordo, elegem o foro de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer questão fundada no presente ACORDO.

E, por estarem acordes, mandaram que eu, (Ass. ilegível), Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, datilografado em 4 (quatro) laudas por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica, (Ass. ilegível), que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes acordantes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 12 de março de 1973.

"SUDESUL" — Eng. Paulo Affonso de Freitas Melro — Superintendente
"ESTADO" — Sr. João Mansur — Presidente da Assembleia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado

Testemunhas:

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 39-73

Curitiba, 11 de abril de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Acordo n.º 03-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado

ACORDO N.º 03-73

Termo de ACORDO celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e o Estado do Paraná.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, autarquia federal criada pelo Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 20 da Lei n.º 5365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-lei n.º 576, de 08 de maio de 1969 e pelo Decreto-lei n.º 840, de 08 de setembro de 1969, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, ao final assinado, na forma do artigo 15 do citado Decreto-lei n.º 301, de agora em diante designada simplesmente "SUDESUL" e o Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor João Mansur, Presidente da Assembleia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado, também ao final assinado, doravante designado simplesmente "ESTADO", têm justo, certo e combinado a celebração do presente ACORDO, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA:

O presente ACORDO visa a realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística em Nível Médio, através da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, contando com a colaboração financeira da "SUDESUL", tudo de acordo com o Plano de Aplicação e as especificações constantes no processo protocolado na "SUDESUL" sob o n.º 6825-72, em 06.10.72, os quais fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo único — Os itens do Plano de Aplicação e as especificações do Projeto, de que fala esta Cláusula, poderão ser modificados, independentemente de ato aditivo, ante solicitação fundamentada por parte do "ESTADO", desde que não altere a classificação orçamentária e sejam aprovados pela "SUDESUL".

CLAUSULA SEGUNDA:

A "SUDESUL" contribuirá, para a execução do acordado neste ato, com a importância de Cr\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil cruzeiros), empenhada sob o número 227 em 9.2.1973, cuja despesa correrá por conta do Orçamento-Programa de 1973, classificada como segue: PROGRAMA: Educação; SUB-PROGRAMA: Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal; PROJETO: 09.03.2.013

— Capacitação de Recursos Humanos; ELEMENTO DE DESPESA. 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros.

Parágrafo Primeiro — O pagamento da importância mencionada nesta Cláusula será feito de uma só vez, após a assinatura do presente ACORDO.

Parágrafo Segundo — Toda e qualquer despesa que exceder, na execução do acordado neste ato, à contribuição da "SUDESUL", correrá por conta do "ESTADO".

Parágrafo Terceiro — A importância recebida pelo "ESTADO" será obrigatoriamente depositada no Banco do Brasil S/A, em conta vinculada.

Parágrafo Quarto — A prestação de contas do "ESTADO" será feita dentro do prazo de 3 (três) meses, contados a partir do término do prazo estabelecido na cláusula terceira deste Termo, com os documentos originais correspondentes e organizada em forma contábil, observando as exigências do Código de Contabilidade Pública, acompanhada de demonstrativos, balancetes, e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentadas pela "SUDESUL".

Parágrafo Quinto — Os saldos dos recursos mencionados nesta Cláusula, porventura inaplicados, reverterão aos cofres da "SUDESUL", por ocasião da Prestação de Contas.

CLAUSULA TERCEIRA:

O "ESTADO" obriga-se a concluir o Curso de que trata este ACORDO dentro do prazo de 6 (seis) meses, contados da data do pagamento da contribuição da "SUDESUL", mencionada na Cláusula anterior.

Parágrafo único — O prazo supra referido poderá ser prorrogado no caso de surgirem motivos de força maior, devidamente fundamentados, por solicitação prévia e expressa do "ESTADO", e com o consentimento da "SUDESUL".

CLAUSULA QUARTA:

O "ESTADO" se compromete, ainda, a imprimir em todas as publicações e materiais didáticos, que digam respeito ao acordado neste ato, bem como nos certificados de aprovação do Curso mencionado na cláusula primeira, os seguintes dizeres: "Ministério do Interior — Acordo com a SUDESUL", cabendo-lhes, também, apresentar relatório técnico com a avaliação dos resultados do curso, contendo o aproveitamento dos alunos, dentro do prazo de prestação de contas.

CLAUSULA QUINTA:

O "ESTADO", pelo seu titular ou por sua delegação, atestará a prestação de serviços de pessoal, técnico ou não, empregado na execução do presente ACORDO.

CLAUSULA SEXTA:

Fica assegurado à "SUDESUL" o direito de, em qualquer momento, fiscalizar o andamento da execução do acordado neste ato, independentemente de prestação de contas que o "ESTADO" esta obrigado a apresentar, conforme o estabelecido no parágrafo quarto da Cláusula Segunda.

Parágrafo único — Caberá a Assessoria de Planejamento da "SUDESUL", através de sua Divisão de Estatística, a emissão do Laudo Técnico exigido pelo disposto no artigo 29 do Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

CLAUSULA SÉTIMA:

A falta de cumprimento de qualquer uma das cláusulas e condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente ACORDO. Se o inadimplemento for imputável ao "ESTADO", ficará este obrigado a restituir a importância recebida diretamente aos cofres da "SUDESUL", dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interposição judicial ou extra-judicial. Caso o inadimplemento for motivado pela "SUDESUL", ficará o "ESTADO" isento de qualquer responsabilidade.

CLAUSULA OITAVA:

O período de vigência do presente ACORDO será de 18 (dezoito) meses, a contar da data do pagamento mencionado no parágrafo primeiro da Cláusula Segunda deste instrumento.

CLAUSULA NONA:

As partes, de comum acordo, elegem o foro de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer questão fundada no presente ACORDO.

E, por estarem acordos, mandaram que eu, (Ass. ilegível), Chefe da Seção de Convênios lavrasse o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, datilografado em 4 (quatro) laudas por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica (ass. ilegível), que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes acordantes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 12 de março de 1973.

"SUDESUL", Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, Superintendente "ESTADO" Doutor João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado.

Testemunhas:

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 40-73

Curitiba, 11 de abril de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n.º 04-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização do II Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado

ACORDO N.º 04-73

Termo de ACORDO celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e o Estado do Paraná.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a "Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL", autarquia federal criada pelo Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 20 da Lei n.º 5365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-lei n.º 576, de 8 de maio de 1969 e pelo Decreto-lei n.º 840, de 8 de setembro de 1969, inscrita no CGC/MF sob o n.º 92885151, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, ao final assinado, na forma do artigo 15 do Decreto-Lei n.º 301, adiante designada simplesmente "SUDESUL", e o Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado, também ao final assinado,

doravante designado simplesmente "Estado", têm justo, certo e combinado, a celebração do presente ACORDO, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA:

O presente ACORDO visa a realização do II.º Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares, através da Secretaria da Saúde, contando com a colaboração técnica da "SUDESUL", tudo de acordo com o Plano de Aplicação e as especificações constantes no processo protocolado na "SUDESUL" sob o n.º 3676-72, em 19-6-1972, os quais fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo único: — Os itens do Plano de Aplicação e as especificações do Projeto, de que fala esta cláusula, poderão ser modificados, independentemente de ato aditivo, ante o solicitação fundamentada por parte do "ESTADO", desde que não alterem a classificação orçamentária e sejam aprovadas pela "SUDESUL".

CLAUSULA SEGUNDA:

A "SUDESUL" contribuirá, para a execução do acordado neste ato, com a importância de Cr\$ 60.00,00 (sessenta mil cruzeiros), empenhada sob o número 226, em 09 de fevereiro de 1973, cuja despesa correrá por conta do Orçamento-Programa de 1973, classificada como segue: PROGRAMA: Educação; SUBPROGRAMA: Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal; ATIVIDADE: 09.03.2.013 — Capacitação de Recursos Humanos; ELEMENTO DE DESPESA: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros.

Parágrafo primeiro: o pagamento da importância mencionada nesta cláusula será feito de uma só vez, após a assinatura do presente ACORDO.

Parágrafo segundo: — Toda e qualquer despesa que exceder, na execução do acordado neste ato, a contribuição da "SUDESUL" correrá por conta do "ESTADO".

Parágrafo terceiro: A importância recebida pelo "ESTADO" será obrigatoriamente depositada no Banco do Brasil S. A., em conta vinculada.

Parágrafo quarto: — Após a assinatura do presente ACORDO, para o "ESTADO" habilitar-se ao recebimento da contribuição a que se refere esta cláusula, compromete-se a pagar à "SUDESUL" o seguinte:

a) — Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros) para custeio das despesas de fiscalização a ser feita pela "SUDESUL".

b) — Cr\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta cruzeiros) para custeio da publicação do presente ACORDO no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo quinto: — A prestação de contas do "ESTADO" será feita dentro do prazo de 3 (três) meses, contados a partir do término do prazo estabelecido na cláusula terceira deste Termo, com os documentos originais correspondentes e organizada em forma contábil, observando as exigências do Código de Contabilidade Pública, acompanhada de demonstrativos, balancetes, e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentadas pela "SUDESUL".

Parágrafo sexto: — O saldo dos recursos mencionados nesta cláusula, porventura inaplicados, reverterão aos cofres da "SUDESUL", por ocasião da Prestação de Contas.

CLAUSULA TERCEIRA:

O "ESTADO" obriga-se a concluir o Curso de que trata este ACORDO dentro do prazo de 9 (nove) meses, contados da data do pagamento da contribuição da "SUDESUL", mencionada na cláusula anterior.

Parágrafo único: — O prazo supra referido poderá ser prorrogado por solicitação prévia e expressa do "ESTADO", devidamente fundamentada e com o consentimento da "SUDESUL".

CLAUSULA QUARTA:

O "ESTADO" se compromete a imprimir em todas as publicações e materiais didáticos que digam respeito ao acordado neste ato, bem como nos certificados de aprovação do Curso mencionado na cláusula primeira, os seguintes dizeres: "Ministério do Interior — Acordo com a Sudesul", cabendo-lhe, também, apresentar relatório técnico com a avaliação dos resultados do curso, contendo o aproveitamento dos alunos, dentro do prazo de prestação de contas.

CLAUSULA QUINTA:

O "ESTADO", pelo seu titular ou por sua delegação, atestará a prestação de serviços de pessoal, técnico, ou não, empregado na execução do presente ACORDO.

CLAUSULA SEXTA:

Fica assegurado à "SUDESUL" o direito de, em qualquer momento, fiscalizar o andamento da execução do acordado neste ato, independentemente da prestação de contas que o "ESTADO" está obrigado a apresentar, conforme o estabelecido no parágrafo quinto da cláusula segunda.

Parágrafo único: — Caberá ao Departamento de Recursos Humanos da "SUDESUL", através de sua Divisão de Saúde, a emissão do Laudo Técnico exigido pelo disposto no artigo 29 do Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

CLAUSULA SÉTIMA:

A falta de cumprimento de qualquer uma das cláusulas e condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente ACORDO. Se o inadimplemento for imputável ao "ESTADO", ficará este obrigado a restituir a importância recebida diretamente aos cofres da "SUDESUL", dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração, independentemente de interposição judicial ou extra-judicial. Caso o inadimplemento for motivado pela "SUDESUL", ficará o "ESTADO" isento de qualquer responsabilidade.

CLAUSULA OITAVA:

O período de vigência do presente ACORDO será de 20 (vinte) meses, a contar da data do pagamento mencionado no parágrafo primeiro da cláusula segunda deste instrumento, prorrogáveis na forma do parágrafo único da cláusula terceira.

CLÁUSULA NONA:

As partes, de comum acordo, elegem o foro de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer questão fundada no presente ACORDO.

E, por estarem acordes mandaram que eu, (Ass. ilegível), Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em duas (2) vias de igual teor e forma, datilografadas em cinco (5) laudas, por mim numeradas e rubricadas, com a seguinte rubrica (ass. ilegível), que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenientes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 12 de março de 1973.

"SUDESUL" — Eng. Paulo Affonso de Freitas Melro — Superintendente "ESTADO" — João Mansur — Presidente da Assembleia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado.

Testemunhas:

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer a inserção em Ata de voto de profunda consternação, pelo passamento do prestante cidadão José Aprígio da Silva, o qual, através elogiável desempenho, como funcionário público, como titular do Registro de Imóveis de Carlotópolis, e chefe de família exemplar, soube conquistar o respeito e a admiração de quantos o conheceram e aprenderam a reconhecer as excelentes qualidades que o situaram como figura de escol no seio da sociedade.

Aprovado o requerimento, solicita o autor seja a decisão da Casa comunicada à família enlutada, nas pessoas de seus filhos, o Doutor Gildo Barbosa da Silva, com endereço à Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal e Doutor Gentil Barbosa da Silva, morador em Siqueira Campos.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1973.

(a) Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em data de ontem do Senhor Doutor Lamartine Rolo Soares, ex-Diretor da Prisão Provisória do Ahi.

Outrossim, solicita ainda, a decisão da Casa dê-se ciência à família enlutada, a rua Dr. Manoel Vieira Alencar, 100.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1973.

(a) Cândido Martins de Oliveira

Requerimento

Senhor Presidente:

Na forma em que dispõe o Regimento Interno e no uso de suas prerrogativas, o Deputado que este subscreve requer, após ouvido o Plenário, seja formulado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Eduardo Engelhardt Netto, recentemente ocorrido nesta Capital.

O extinto, pessoa de real prestígio nos meios comerciais de nossa cidade, mercê de sua honradez e de sua honestidade, grangeou a simpatia de todos quantos privaram de sua amizade, principalmente dos servidores da Representações Comerciais Engelhardt, da qual foi seu diretor, tendo ainda, desempenhado as funções de Conselheiro da Associação dos Representantes Comerciais, de cuja classe era um dos mais artigos integrantes.

Requer, finalmente, que da manifestação da Casa seja dado ciência à família enlutada, através de expediente próprio.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1973.

(a) Múglati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, o registro de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Alice Pedrosa de Moraes, ocorrido no último dia 9, na cidade de Campinas.

A veneranda senhora que para tristeza de seus familiares e de toda comunidade desaparece aos oitenta e um anos de idade, deixou inúmeros filhos, entre os quais a Senhora Jacyra de Moraes Hoffig, esposa do Senhor Artur Hoffig, destacado agricultor em Cornélio Procopio e dedicado Provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Requer, ainda que da decisão da Casa seja dado conhecimento a Excelentíssima Família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1973.

(a) Resário Pitelli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, cuido o Plenário,

REQUER:

Seja consignada em Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Professora Marilís Faria Pirotelli, Inspectora Regional de Ensino de Cascavel, ocorrido dia 18 último. A extinta ceixa viuvo o Dr. Eduardo Pirotelli e os filhos Eduardo Pirotelli Junior e Mauricio Pirotelli.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja notificada a Família enlutada, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1973.

(a) Fuad Naeli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário,

REQUER:

Seja consignado em Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. Lamartine Rolo Soares, ocorrido

ontem, nesta Capital. O extinto era Promotor Público da 3a. Vara Criminal, tendo exercido os cargos de Diretor da Polícia Civil e Diretor da Prisão Provisória de Curitiba.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja notificada a Família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1973.

(a) Fuad Naeli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Doutor Lamartine Rolo Soares, promotor público da 3a. Vara Criminal de Curitiba.

O referido cidadão exerceu as funções de Diretor da Polícia Civil e Diretor da Prisão Provisória de Curitiba, bem como ocupando o cargo de Promotor da 3a. Vara Criminal.

Do requerimento, solicita-se dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1973.

(a) Jorge Sato

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o Regimento Interno da Casa, requer seja inserido em Ata, nos trabalhos de hoje, voto de louvor ao Tenente Maurício Marques (Anto da Gloriosa Polícia Militar do Paraná, pela dedicação e extremo zelo, com que se houve na chefia da 3a. Seção do Estado Maior do Regimento Coronel Dulcídio ao qual ainda pertence, tendo sido o responsável pelo planejamento e execução de várias operações militares, dentro de uma grande área de Curitiba, no sentido da preservação da ordem, evidenciando seu senso de responsabilidade, seu amor à farda e a organização a que pertence e, mais ainda, pelo empenho com que tem trabalhado, através os anos, no combate ao crime em suas múltiplas facetas árdua e patriótica que o Tenente Maurício transformou em ato de rotina.

Requer, ainda que, da decisão desta Casa se dê ciência ao Comando Geral da Polícia Militar e ao Senhor Comandante do Regimento Coronel Dulcídio, da valorosa corporação que tanto enaltece e orgulha a gente paranaense.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1973.

(a) Ivo Thomazoni

Requerimento

Exmo. Sr.

Deputado João Mansur

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Os Deputados que esta subscrevem, na forma regimental, tendo em vista campanha insidiosa e inverídica publicada no "Jornal do Brasil" de 15-4-73, no "O Globo" de 16-4-73, no "Diário de Brasília" de 18-4-73 e em outros periódicos do País, a propósito de pronunciamentos oriundos da área legislativa do Estado de Minas Gerais, visando denegrir o bom nome da empresa C.R. Almeida S.A. — Engenharia e Construções, na tentativa de expurgá-la da Licitação para as Obras Cíveis da Hidrelétrica de São Simão, de propriedade da CEMIG, vêm, pela presente, manifestar justo repúdio pela manobra desleal adotada contra uma empresa de grande interesse para o Estado do Paraná, vilipendiada no seu correto comportamento moral e financeiro; contra o que esta Assembleia Legislativa não poderá se calar.

No mesmo sentido é a presente para que esta Casa manifeste total e irrestrita solidariedade à empresa C.R. Almeida S.A. — Engenharia e Construções e a seus dirigentes e funcionários, tão grosseiramente atacada através declarações infundadas, cuja improcedência está comprovada por documentos exibidos em Plenário.

Desta forma requer-se que ao acolher o presente requerimento V. Exa. se digne expedir manifesto reproduzindo o inteiro teor deste petição ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, aos Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, aos Excelentíssimos Senhores Senadores do Paraná no Senado da República, aos Excelentíssimos Senhores Deputados Federais do Paraná na Câmara dos Deputados e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Este pedido além de repelir as acusações contra uma das mais conceituadas e tradicionais empresas do Paraná, patenteia, também, a estranheza e descontentamento do Poder Legislativo paranaense, pela inusitada forma de se tentar interferir numa Licitação de considerável preponderância para os interesses do querido e operoso Estado de Minas Gerais, que foi precedida de todas as solenidades regulamentares, a cujo julgamento estão encarregados técnicos do mais alto gabarito e de reconhecida lisura.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1973.

(Assinaturas Ilegíveis)

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, solicitando urgentes providências no sentido de determinar com a máxima urgência, o construção de pelo menos 2 salas de aulas junto ao Grupo Escolar Professora Senhorita Miranda de Moraes Sarmento, na Vila Centenário, nesta Capital.

Tal solicitação, prende-se ao fato de que existe naquela Vila um número de crianças em idade escolar impedidos de estudarem por falta de vagas, e, a imediata construção de mais 2 salas de aulas viria a atender as necessidades educacionais dos moradores lá fixados.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1973.

(a) Maurício Fruet

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Faraco, DD. Secretário do Interior e Justiça, sugerindo a Sua Excelência o lançamento de uma campanha com o objetivo de aumentar o eleitorado paranaense para eleição de 1974.

Tal medida, virá, consequentemente, trazer ao Estado do Paraná sensíveis melhorias no campo político, uma vez que, poderá ver o Estado aumentado seu número de representantes na Câmara Federal, trazendo reflexos positivos ao desenvolvimento paranaense.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1973.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, solicita de Vossa Excelência que após ouvido o Plenário, seja encaminhado convite ao Senhor General Luiz Carlos Pereira Tourinho, para proferir palestra nesta Assembléia sobre o tema a "A Atualidade Paranaense", em data a ser fixada por essa Presidência.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1973.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

O General Luiz Carlos Pereira Tourinho já emprestou a sua colaboração valiosa às mais diversas esferas de atividades de nosso Estado, quer de natureza administrativa, quer técnica, o que lhe valeu um profundo conhecimento da problemática paranaense. Lecionando em nossa Universidade Federal e tendo publicado diversos trabalhos, é sem dúvida, face a gama de conhecimentos que tem, a pessoa indicada para abordar o tema que propomos e de cuja explanação, temos certeza, esta Casa se valerá para um mais acurado processo de elaboração legislativa com a solução dos mais diferentes problemas que nos apresentam.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa,

REQUER:

1 — seja inserto, na Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de Louvor ao Exmo. Sr. Coronel César Cals, Digníssimo Governador do Estado do Ceará, em virtude de haver o mesmo declarado à imprensa estar convencido de que ninguém poderá governar um Estado ou mesmo um Município somente fazendo técnica ou só administração, pois aí seria a própria negação da estrutura política;

2 — seja, da decisão acima, dado ciência através expediente desta Casa, ao Exmo. Sr. Governador César Cals;

3 — seja, ainda da decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Professor Pedro Viriato Parigot de Souza e ao Exmo. Sr. Secretário do Interior e Justiça, doutor Mário Faraco.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1973.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

Há poucos dias, prestando declaração sobre a situação política em seu Estado, o Governador César Cals, do Ceará tornou público seu ponto de vista quanto ao relacionamento com a classe política que lhe dá substância na Assembléia Legislativa e, por extensão, junto à opinião pública daquele nobre Estado. São textuais, as palavras do Governador César Cals: tão logo seu nome foi escolhido e mesmo antes de assumir o Governo, passou a desenvolver uma atividade política intensa. Depois da posse, continuou na pregação política junto a todos os Diretórios Municipais do interior do Estado, pois sempre esteve convencido de que ninguém poderá governar um Estado ou mesmo um Município somente fazendo técnica ou administração, pois aí seria a própria negação da estrutura política.

É confortador para nós que exercitamos um poder político por excelência tomar conhecimento de tão esclarecido entendimento do que seja a função governativa, na medida em que ela signifique a representação real e concreta das forças vivas da comunidade, partida de um Governador perfeitamente integrado ao espírito da Revolução Democrática de março de 64 e que, por isso mesmo, desmente cabalmente aqueles que, eventualmente no poder, furtam-se ao contato direto com os representantes do povo, alegando não ser tal diálogo bem visto pelo poder central. É evidente que somente o espírito anti-democrático, o espírito totalitário, e direi mesmo, o espírito sem grandeza de tais detentores de parcelas de poder é que pode imputar ao ideário revolucionário e ao Presidente Garrastazú Médici a absurda intenção de marginalização da classe política como tal, quanto sabemos que suas restrições, e nossa também, se dirigem apenas aos mais políticos, aos aproveitadores do poder e aos que, dizendo servir ao povo apenas servem seus próprios interesses.

Esperamos que o entendimento do eminente Governador César Cals, seja, em breve, adotado por todos os demais Governadores de Estado.

Os Nobres Deputados, que têm sido, todos e cada qual, vítima de uma filosofia do Governo que não quer ver na unidade político-administrativa o ponto de apoio seguro para solução dos problemas básicos do Paraná com vistas ao seu impulso para o desenvolvimento e o bem estar social, certamente concordarão com as considerações expedidas e darão ao presente seu honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares Requer, na forma do Regimento Interno após ouvir o Plenário se oficie ao Excelentíssimo Senhor Ministro Delfim Netto, da Fazenda, no sentido de que seja restabelecido o percentual de 20% do fundo de participação, que é distribuído aos Estados e Municípios.

O Fundo de participação, fixado na constituição de 1967, é oriundo da arrecadação dos impostos federais e foi reduzido em 1968, para taxa de 10% pelo ato complementar n. 40, tendo em vista o déficit orçamentário enfrentado naquela ocasião pelo Governo Federal. A medida foi correta e se fazia necessária, pois realmente acabou o déficit trazendo para o País um superávit orçamentário.

Entendemos, portanto, que já se pode perfeitamente restabelecer o percentual de 20% para o fundo de participação, cuja distribuição representa 30% dos orçamentos da maioria dos Municípios paranaense. Tal medida, é lógica, não se faz necessária nos Estados altamente industrializados como São Paulo, Guanabara e outros Municípios têm na indústria a sua grande fonte de renda.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1973.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa, requer:

1.o — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, solicitando providências do Poder Executivo junto ao Governo Federal, no sentido de impedir que o Departamento Nacional de Obras e Saneamento concretize a extinção do 13.o Distrito Federal de Obras e Saneamento, sediado atualmente em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1973.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

Notícias veiculadas na imprensa nacional dão-nos ciência de que o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, por sua Diretoria Geral, pretende promover a extinção do 13.o Distrito Federal de Obras e Saneamento, sediado atualmente em nosso Estado. Ouvido, o Senhor Diretor Geral do DNOS, declarou que: "somente uma conscientização do próprio Governo do Estado, assumida junto com as administrações municipais no sentido de integração e realização conjunta de programas, para evitar que o Paraná venha a perder sua representação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento".

Esta declaração evidencia claramente severa crítica ao Governo do Estado por sua ausência em programas integrados de saneamento realizados por aquele órgão federal no Paraná e diz muito mal do planejamento, das diretrizes, enfim, da tão alardeada técnica do Poder Executivo estadual que se descurou de atender setor deficitário como o de saneamento básico, canalização de rios, córregos e curso d'água para prevenção de enchentes em zonas urbanas e trabalho técnico especializado nas cidades e Municípios do Noroeste do Estado, para deter a erosão que ameaça as economias locais. Quanto a este assunto, é de notar-se que esta Assembléia Legislativa pelos nobres Deputados representantes daquela região já diversas vezes encareceu providências do Governo do Estado, mas, certamente pelo fato do alerta provir de um Poder Político não mereceu maiores considerações dos técnicos de gabinete que na formulação de seus planos que não têm nenhum compromisso com a realidade sócio-econômica e cultural do Estado, estão a fazer com que o Paraná perca substância junto ao Governo Federal, sendo escassamente atendido em suas reivindicações ou sendo suprimidas, em nosso território, representações de órgãos da administração central.

Os Nobres Deputados certamente concordarão com nosso ponto de vista sobre o assunto e, assim, darão ao presente seu honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, solicitando de Sua Excelência, providências no sentido de determinar com a urgência necessária ao caso, a reforma geral no Colégio Agrícola Estadual Lysimaco Ferreira da Costa, em Rio Negro.

O prédio acima mencionado, foi construído em 1940, sem que até o momento tenha sofrido reformas visando a melhoria das instalações, e atualmente, encontra-se em precário estado de conservação, notadamente as dependências dos dormitórios, cozinha, lavanderia, rouparia, sanitários e mau estado da pintura, devendo merecer portanto, especial atenção do poder público, uma vez que, aquele estabelecimento de ensino mantém 75 alunos em regime de internato sem condições de habitabilidade.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1973.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento, solicitando a inclusão do Município de Rio Branco do Sul, no projeto que estabelece a Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1973.

(a) Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

Os estudos formulados pelo Ministério do Planejamento, segundo critério de espaço homogêneo, incluía na Região Metropolitana de Curitiba, o Município de Rio Branco do Sul.

Continuando as pesquisas ministeriais o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) também incluiu que o Município de Rio Branco do Sul deveria figurar entre os (14) quatorze Municípios limítrofes e integrados em conjunto funcional.

Em 1967, foi firmado convênio, no qual figurou o Município de Rio Branco do Sul, implantando a nossa região metropolitana e estabelecendo a criação de um Conselho Metropolitano. Esta Assembléia Legislativa aprovou, também, a criação da região metropolitana de Curitiba, considerando-a formada pelos Municípios indicados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

Face às razões citadas e os minuciosos estudos elaborados pelo IPPUC, entendemos a solicitação contida em nosso requerimento justificada.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença no Plenário do Sr. José Teixeira Filho, Prefeito Municipal de Terra Roxa.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A construção de uma grande hidrelétrica no Estado de Minas Gerais, a Hidrelétrica de São Simão, propiciou a realização de uma concorrência que se desviando do seu curso normal, acabou transformando o assunto em uma polêmica que vem se desenvolvendo nos principais órgãos da imprensa brasileira. Várias empresas concorreram para a construção da Hidrelétrica de S. Simão, ficando a parte final a ser decidida entre Mendes Jr. e C.R. Almeida, empresa aqui de nosso Estado. Não nos cabe prejudicar ou mesmo emitir qualquer opinião acerca da concorrência, o assunto é da alçada exclusiva e objeto de decisão final, do Governo do Estado de Minas Gerais, e que tecnicamente diz respeito às Centrais Elétricas de Minas Gerais. Entretanto, da polêmica estabelecida, da publicidade que os principais órgãos da imprensa vêm dando à matéria voluntariamente ou a título de matéria paga, tomamos conhecimento da intervenção de um Deputado na Assembléia Le-

gislative do Estado de Minas Gerais, Deputado Nilton Contijo, publicado pelo "O Globo" de 15 de abril de 73, e segundo a qual, o Deputado mineiro havia se referido à firma paranaense como uma firma falida e com títulos protestados. É evidente, que uma declaração deste porte, e desta natureza, prejudica a empresa paranaense C.R. Almeida, sobretudo quando nós sabemos conhecendo o meio empresarial do Paraná, que a empresa possui hoje estabilidade financeira e desfruta de um conceito dos melhores em nosso Estado. Com este pensamento restringindo nossa apreciação sobre a matéria com relação às afirmações feitas pelo meu nobre colega de Partido da Assembléia de Minas Gerais, tomei a iniciativa de remeter aquele parlamentar, uma correspondência nos termos em que vou ler agora. (Lê):

"Meu caro Deputado Contijo:

Creio que me permite o tratamento íntimo, a circunstância de pertencermos ao mesmo Partido e o fato de que também nasci em Minas Gerais, sendo, portanto, um daqueles tantos mineiros que os paranaenses, de braços abertos, acolheram generosamente, ao ponto de confiarem-me um mandato para representá-los na Assembléia Legislativa do Estado.

Além do mais já de algum tempo, inscrevi-me entre os seus admiradores, pois acompanhei, com real interesse, a luta que o companheiro corajosamente empreendeu na defesa de seu mandato com a merecida vitória final. Ocorre que dias atrás, lendo o vespertino carioca "O Globo", coisa que raramente faço, deparei-me com algo que o "O Globo" ainda mais raramente faz "notícias da Oposição (página 25, edição de 15.4.73). Ali tomei conhecimento de uma intervenção do ilustre companheiro na Assembléia mineira, durante a qual teria afirmado que C.R. Almeida Engenharia e Construções seria "uma firma falida e com títulos protestados em Curitiba".

Conhecendo a realidade empresarial do Paraná, conclui imediatamente que o Nobre colega foi mal informado, pois C.R. Almeida desfruta aqui de excelente conceito creditício e, de longa data, vem com a melhor das técnicas e real dedicação contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do Estado. Graças a isso, cresceu a empresa, passando a atuar também em outras unidades da Federação, com aquelas dificuldades inerentes à toda grande empresa nacional.

Dai, a minha disposição de escrever ao companheiro com o objetivo de esclarecer-lhe melhor sobre o assunto. Para tanto, anexo à presente uma declaração da Agência Centro do Banco do Brasil S.A. em Curitiba, escolhida entre tantas outras, pois todos sabemos o rigor com que o nosso principal estabelecimento de crédito conceitua os seus clientes sempre fundamentado na experiência operacional dos mesmos, à luz das rígidas normas do Banco, e nas informações de um departamento de cadastro, da mais reconhecida eficiência e idoneidade.

Fica aqui, desta forma, meu caro Deputado Contijo aquilo que pretendo seja recebido como uma contribuição meramente esclarecedora juntamente com o meu convite pessoal para que o companheiro visite o Estado do Paraná, oferecendo-lhe para tanto com muita satisfação, minha modesta residência e companhia.

Cordialmente — Deputado Sebastião Rodrigues Júnior".

Repto uma vez mais que entendo ser a concorrência preocupação e responsabilidade última do Governo do Estado de Minas Gerais. Não queremos, não temos condições de emitir parecer acerca da mesma; entretanto, achamos que era nossa obrigação prestar esses esclarecimentos ao Deputado mineiro, sobretudo porque se trata de um Deputado do meu Partido, do Movimento Democrático Brasileiro e suas declarações, ainda mais que carecem elas do menor fundamento, são de molde a trazer sérios prejuízos a empresas paranaenses, porque proclama uma situação financeira e econômica de empresa que não condiz com a realidade. E a publicação dessas afirmações, não dos principais órgãos da imprensa brasileira, é de molde a trazer sérias perspectivas e prejuízos e de danos à C.R. Almeida, Engenharia e Construções.

Registro, pois, Sr. Presidente, esta correspondência remetida ao Deputado Mineiro e peço à Casa que veja o procedimento deste Deputado como o da defesa do conceito de uma das maiores empresas paranaenses.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente. Srs. Deputados.

No início da última semana, foram anunciados 3 grandes Projetos-impacto consubstanciados por mensagens encaminhadas pelo Presidente da República, ao Congresso Nacional.

Entre estes Projetos, figura um que interessa explicitamente ao Paraná e à nossa Curitiba, é o que cria a região metropolitana de Curitiba.

O Projeto, como é do conhecimento de todos os srs. Deputados, abrange Municípios de Curitiba: Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiuva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara e São José dos Pinhais.

Entretanto, os estudos formulados pelo Ministério do Planejamento segundo o critério do espaço homogêneo, incluía também na região Metropolitana de Curitiba, entre outros, o Município de Rio Branco do Sul. Continuando estas pesquisas que foram desenvolvidas pelo Ministério do Planejamento, o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba também concluiu que o Município de Rio Branco do Sul deveria figurar entre os 14 Municípios limítrofes a Curitiba, e integrados em um conjunto funcional.

Em 1967, foi formado convenio no qual figura o Município de Rio Branco do Sul, implantando a nossa região metropolitana e estabelecendo a criação de um Conselho Metropolitano. Esta Assembléia Legislativa também aprovou a criação da região metropolitana de Curitiba, considerando-a formada pelos mesmos Municípios indicados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhei à Mesa um Requerimento no sentido de que seja solicitado ao Sr. Ministro do Planejamento a inclusão do Município de Rio Branco do Sul, no Projeto que estabelece a região metropolitana de Curitiba; e entendemos que, as razões citadas justificam nossa solicitação.

Era a solicitação. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Nossa presença na tribuna na tarde de hoje, é para abordar um assunto que reputamos de grande importância, eis que o Estado do Paraná descobriu uma nova fonte de riqueza, qual seja a cultura do soja e do trigo em sistema de rotação, o que vem trazendo um novo alento aos agricultores e aos lavradores em geral.

Ocorre, entretanto, Srs. Deputados, que estamos em plena época do plantio do trigo e há falta de sementes na praça. A Secretaria da Agricultura, através da Café do Paraná fez várias publicações em jornais da Capital, dizendo que estava em condições de fornecer as sementes do trigo para os agricultores e, inclusive, estipulou o preço de 68 cruzeiros a saca de 50 quilos.

Ora, grande parte dos lavradores, principalmente os de pequeno e médio porte, aguardam ansiosamente o fornecimento, pela café do Paraná das sementes de trigo para o referido plantio. Entretanto até a presente data, na região de Cornélio Procopio e Sertaneja, a Café do Paraná, diz que não tem sementes para entregar aos interessados e, o que é pior, diz que não deveria ter.

Recebemos de um lavrador de Cornélio Procopio e Sertaneja uma carta que passaremos a ler para conhecimento dos srs. Deputados:

(Lendo): "Sou lavrador no Município de Sertaneja. Todos os anos adquirei sementes de trigo na "Café do Paraná" quer em Sertaneja quer em Cornélio Procopio. No jornal "O Estado do Paraná", de 22 de março p.p., na 3.ª página, sob o título: "Baixa o preço da Semente", foi publicada notícia de que em reunião conjunta e sob a presidência do Secretário Roulien Basaglia, a Café do Paraná e a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), decidiram lançar, de imediato, as sementes de trigo no comércio consumidor, estipulando inclusive, o preço de Cr\$ 68,00 por saco de 50 quilos.

Tenho ido inúmeras vezes aos postos de sementes da Café do Paraná, quer em Sertaneja, quer em Cornélio Procopio e sempre obtenho a informação de que as sementes ainda não chegaram e ultimamente dizem mesmo que este ano as sementes não virão. Acho estranho, mesmo muito estranho, quando nos anos anteriores as sementes já estavam à venda no mês de março, e a despeito de estarmos na 2.ª quinzena de abril, as esperanças na obtenção de sementes são nulas.

É caso para se analisar o que ocorre. As sementes devem ter sido desviadas, criminosamente, para lugares mais rendosos, cujo preço não é mais de Cr\$ 68,00 mas superior a Cr\$ 100,00. A Café do Paraná, com a declaração no jornal acima referido, só serve para nos frustrar e desorientar.

Na minha região já há trigais crescidos, mas a maioria continua esperando as sementes.

Pelo que se está vendo, este ano não plantei o trigo. Mas se tal ocorrer, levarei meu grito de protesto tão alto e tão longe, que até o Sr. Presidente da República há de tomar conhecimento da desorganização que impera no Paraná.

Peço levar ao conhecimento da Assembléia Legislativa. Peço dar a ênfase que o caso requer e sobretudo que o Sr. Governador do Estado tome conhecimento o quanto antes, porque já prevejo um desfecho calamitoso.

Ass. Antonio de Oliveira e Silva".

É lamentável que se faça uma declaração prontificando-se a distribuir sementes e depois não se cumpra o prometido, fazendo com que os lavradores fiquem proibidos de fazer a sua plantação. No mercado consumidor particular, a semente, hoje, está sendo vendida acima de dois cruzeiros o quilo, praticamente torna-se impossível plantar.

Nesse sentido estamos encaminhando à Casa um requerimento que diz o seguinte: (Lê):

"Senhor Presidente:

Estamos em plena época para o plantio do trigo. A falta de semente ocasionará uma diminuição considerável das áreas a serem cultivadas. So existem algumas sementes no mercado particular e que custam um preço muito alto o que impossibilita o pequeno lavrador em adquiri-la. Considerando que a Secretaria da Agricultura através de seu órgão competente deveria ter tomado posição para solucionar o referido problema e ainda considerando que:

1.º — os jornais em edição de 22 de março publicaram notícias de que a Secretaria da Agricultura, decidira distribuir semente de trigo através da "Café do Paraná", ao preço de Cr\$ 68,00 o saco de 50 quilos.

Art. 2.º — até a presente data, a região de Cornélio Procopio e Sertaneja não recebeu nenhum saco de semente de trigo, deixando inúmeros lavradores, impossibilitados de procederem suas plantações por absoluta falta de sementes.

3.º — se medidas urgentes não forem tomadas para o envio de sementes para a referida região, grande parte de lavradores, deixarão de plantar o trigo, uma vez que confiaram nas declarações emanadas pela Secretaria da Agricultura.

4.º — E no desejo de contribuir para uma solução que trará benefícios a inúmeros lavradores e ao próprio Estado que terá maior área cultivada, juntamos ao presente fotocópia de jornal e carta de lavrador que acreditou nas declarações feitas e ainda na próprio "Eficiência" da Café do Paraná.

Pelos motivos aqui expostos e pela gravidade que o assunto representa e ainda na certeza que o recém-empossado, Secretário da Agricultura, homem de larga visão e experiência, e profundo conhecedor dos problemas agrícolas possa ainda minorar uma situação que só trará prejuízo ao nosso Estado requer após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Nelson Brandão, Secretário da Agricultura, para que a Café do Paraná tome medidas urgentes para a distribuição de semente do trigo para as regiões de Sertaneja e Cornélio Procopio.

Sala das Sessões em 23 de abril de 1973".

Eram essas, srs. Presidente, as observações que desejava fazer ao apresentar este nosso requerimento que espero contar com a aprovação de todos os Senhores Deputados.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antonio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados. Venho à Tribuna tão somente para emprestar minha inteira solidariedade ao nobre Deputado Rosário Pitelli que acaba de fazer um alerta a esta Casa e ao Estado do Paraná.

Na verdade, não se pode desesperar assim, de um momento para outro, essa imensa classe de lavradores paranaenses. O problema não se resume à região que o nobre Deputado Rosário Pitelli representa nesta Casa, é o problema de todo o Estado do Paraná, do Sul, Norte, Oeste Sudoeste e do Paraná inteiro, são os lavradores que plantam e não tem semente. É preciso que o Estado ou melhor o Governo do Estado leve socorro urgente aos lavradores do Estado.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente.
Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CANDIDO MARTINIS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Na qualidade de Deputado com assento nesta honrada Casa, e na qualidade de Líder do Governo, venho conchamar a galvanização das consciências parlamentares dos nobres Senhores Deputados para um assunto que considero da mais alta relevância para o interesse público e que exige, desde logo, imediata ofensiva dos setores competentes a fim de que o desenvolvimento infra-estrutural brasileiro não seja prejudicado por manobras incabíveis e injustas, que de há muito, já pensávamos banidas do complexo comunitário em que vivemos.

Existem momentos que a atividade parlamentar desvincula-se das funções meramente legislativas, para adentrar nos conceitos do interesse particular, esses, representados pela benéfica ação das classes empresariais.

Com grande oportunismo tanto o Governo Federal como o Governo Estadual têm defendido e repetido que o papel do empresário numa sociedade livre e democrática, completa e até mesmo justifica toda a ação dos organismos governativos.

Mas, o que é grave e intranquilizante é que recentemente, através de notícias divulgadas em jornais de grande penetração nacional, vimos de forma injusta e forçada, o desencadeamento de uma insidiosa campanha detratória, que oriunda do legislativo mineiro voltou-se contra uma das mais conceituadas empresas de nosso Estado, procurando-a denegrir somente pelo fato — louvável — de competir legalmente o mercado construtor, além de nossas fronteiras, dentro das regras escritas da universalidade da concorrência pública.

Não é do desconhecimento de ninguém — exceto no dos que não se preocupam pelo Brasil como um todo, que a Empresa C.R. Almeida S.A. Engenharia e Construções, mercê do dinâmico trabalho de seus dirigentes, galgou honroso posicionamento dentre as maiores empresas brasileiras do ramo levando a todo o Brasil e ao Exterior, as excelências da formação universitária paranaense e o espírito corajoso e empreendedor de nossa gente, que tantos benefícios tem trazido ao nosso Estado.

A Empresa C.R. Almeida dirigida por homens que convivem entre nós, absorve ponderável massa da nossa mão de obra, investe substancialmente em nosso Estado, quer pela constituição de diversas outras sociedades, quer por um vigoroso plano de reflorestamento, quer pela exploração racional e planificada das nossas potencialidades agro-pastoris, quer pelo incremento ao Turismo em Foz do Iguaçu e em nosso Litoral e quer ela movimentação de grandes gamas econômicas através dos nossos bancos e através o nosso comércio fornecedor.

Em razão desse quadro de inequívoca valia para o desenvolvimento econômico do Estado e da Nação, a C.R. Almeida está também merecendo o reconhecimento dos mais diversos órgãos públicos do Brasil que a tem pré-qualificado para a execução das mais diversas obras de engenharia pesada e com ela contratou trabalhos específicos que se desenvolvem desde o Extremo Sul até o Extremo Norte deste País.

É, pois, uma ação empresarial merecedora do nosso maior respeito e do nosso melhor orgulho, a qual devemos preservar, já que representa um exemplo capaz de trazer o deslanche industrial que tanto anseiamos.

No entanto essa Empresa de paranaenses, por ter apresentado na concorrência para a Usina do Canal de São Simão, de propriedade da CEMIG, preços mais compensadores que dos demais licitantes, viu-se envolvida por manobras desleais, dos que pretendiam contratar a obra a preços muito mais onerosos aos cofres públicos.

Desleais, eu digo, já que as manobras extravasaram as comportas da livre disputa para penetrar pelos caminhos da difamação e o que é pior — utilizando-se da atividade parlamentar representativa do povo mineiro, mal informando-a, ara denegrir através jornais nacionais, a idoneidade financeira de uma empresa que vem se pautando dentro da maior lisura moral, legal e econômica, para construir as obras infra estruturais que tanto interessam a esta Nação.

“Nos periódicos “Jornal do Brasil” de 15.4.73, “O Globo” de 16.4.73, e “Diário de Brasília” de 18-4-73, constam afirmativas oriundas do Deputado Sylo Costa da ARENA de Minas Gerais, ladeadas de assertivas do Deputado Nilson Contijo, do MDB, do mesmo Estado, de que a C.R. Almeida é uma empresa paranaense completamente falida e com títulos protestados na praça de Curitiba.

Pasmem, Srs. Deputados, para o nível de irresponsabilidade que uma declaração leviana desta ordem, é capaz de materializar: Precipitadas ou não. Levadas ou não ao Legislativo mineiro pela construtora que se encontra em 2º lugar. Propositada ou impropositadamente, a divulgação, como matéria paga, é uma afirmativa tão grave contra uma empresa do Paraná que não pode permanecer impune se depender dos representantes da gente deste Estado.

Tenho provas e as exibo de que a C.R. Almeida jamais teve título seu protestado, e jamais se encontrou debaixo de processo de falência ou concordata.

Ora, afirmativas contrárias a estas provas, tão danosas podem ser, que não ofendem apenas à individualidade daquela Companhia, mas insultam sim a todo o empresariado do Paraná — e por que não dizer — à toda iniciativa privada do Brasil que não podem expor a credibilidade do seu conceito a palavras insensatas e inverídicas, oriundas, principalmente de um parlamentar a quem cabe como exemplo — preservar a estabilidade moral para observância das leis que vota e que faz editar.

De tal gravidade se revestiram os pronunciamentos dos parlamentares mineiros, que as classes produtoras do Estado do Paraná, através a Federação das Indústrias, a Federação das Associações Comerciais e a tradicional Associação Comercial do Paraná, não puderam permanecer inertes perante tão brutal agressão moral e de imediato repeliu mediante memoriais, objetivos e contundentes, dirigidos ao Exmo. Sr. Presidente da República, aos srs. Ministros, aos nossos representantes no Congresso Nacional, ao Presidente do Banco Mundial e ao digno e patriótico Governador Rondon Pacheco além de encarecer as atenções e providências do Governador do Paraná.

Não seríamos nós, Senhores Deputados, quem iria silenciar ante ataques provenientes de outra Casa Legislativa. Mas sabemos nós que as esparsas, mas danosas afirmativas divulgadas não são endossáveis pela maioria dos membros do Legislativo mineiro, os quais sempre têm se pautado dentro da melhor dignidade parlamentar, e intransigente na defesa dos postulados morais e legais que orientam e dão forma ao crescente desenvolvimento do querido Estado das Alterosas.

Porisso, repudio e conclamo o repúdio político deste Estado ante as aleivosas lançadas contra o empresariado em geral e lamentavelmente utili-

zando-se de uma empresa que é reconhecida em todo o País e até fora dele, como indústria idônea, dinâmica e carecedora do maior respeito público.

Se a C.R. Almeida foi pré-qualificada em consórcio com outra Construtora Italiana para executar as Obras de São Simão, foi porque a própria CEMIG, dentro dos tradicionais conceitos que o meio energético tão justamente luvu, examinou as qualificações técnicas e financeiras da proponente, e as considerou afinadas com o porte dessa Obra, que será, sem dúvida, uma das maiores hidrelétricas do mundo.

Se a CEMIG e o Banco Mundial homologaram essas aptidões, pela análise de farta documentação, não seria — permitam-me o Deputado Nilson Contijo ou o Deputado Sylo Costa quem iriam desqualificar por arbitrio encomendado, a decisão dos técnicos encarregados desse exame.

E notem os Srs. Deputados, que o esforço para afastar a C. R. Almeida da concorrência para qual foi habilitada, foi tão precipitado e superficial, que não resiste a uma abordagem mais detalhada e, desfaz-se pelas suas próprias incoerências e paradoxalismos.

Primeiro atacam o Consórcio por estar ele composto por uma empresa italiana.

Esqueceram-se os detratores que o consorciamento de empresas nacionais com empresas estrangeiras é requisito claro e específico do Edital que a CEMIG divulgou, tanto que outras empresas brasileiras, também se apresentaram à mesmo concorrência associadas a Construtoras de outros países, além da Itália.

O inconfornismo portanto é intempestivo e ilegal. O Decreto Federal 64.345 de 10 de abril de 1969 e a Resolução n.º 209/72 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia dispõe normas claras a respeito do consorciamento de Construtoras Nacionais com estrangeiras, visando acima de tudo, a transferência da consagrada tecnologia alienígena para as Companhias Nacionais.

Mas, é compreensível que após o resultado da concorrência, aquela que ofertou preços mais altos venha a atacar o Consórcio Italo-Brasileiro, mesmo que essa união estivesse prevista na lei e no Edital de CEMIG. Talvez não saibam os Senhores Deputados que pouco mais de meia dúzia de Empreiteiras Brasileiras, dentre quase 2.000 é que tem o privilégio de participar sozinhas de concorrências para hidrelétricas.

Os Editais exigem que só podem participar aquelas que já tenham executado anteriormente outras hidrelétricas, ou seja, quem já fez, mais fará e quem não fez, jamais as fará.

A CEMIG, criteriosa por tradição, teve o mérito de exigir no seu Edital, que para abrir, este hermético clube de privilegiados fosse admitido o Consórcio de Empresas Nacionais, sem experiência em hidrelétricas, com outras nacionais ou estrangeiras que possuam esta aptidão, para transferi-la ao mercado nacional, buscando uma autonomia e suficiência que poucos podem não querer, mas que a nossa indústria haverá de merecer.

É estranho que poucos parlamentares mineiros declarem que a tecnologia estrangeira é perniciososa quando estamos diante desse cartel, que quase como monopólio, poderá pretender regular seus preços, num futuro próximo, para tantas obras energéticas a serem construídas, dentre as quais resalto a Usina de Itaipu, a ser erigida aqui dentro do Estado do Paraná.

É estranho também que os mesmos parlamentares repilam a tecnologia estrangeira, quando o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, no recente encontro dessas entidades ocorrido em Porto Alegre e divulgado no jornal “O ESTADO DE MINAS” de 15.4.73, tenha assim se pronunciado:

“O empresário estrangeiro, competente e sério, interessado em integrar-se à Economia Nacional, capaz de trazer “know how” moderno e implantar atividades com dimensões ótimas que vão permit-las usufruir dos benefícios de economia de escala, interessa demais ao Brasil e a particularmente a Minas Gerais”.

E ainda maior a nossa estranheza quanto à posição de alguns parlamentares mineiros contra a vinda da tecnologia estrangeira, se levamos em conta que a Associação Comercial de Minas Gerais está convocando os empresários daquele Estado para que no próximo dia 24 deste mês se reúnam com empresários do Estado da GEORGIA dos Estados Unidos, visando as negociações para a aplicação de investimentos daquele país amigo, nas organizações mineiras.

De que adiantaria o Governo Federal pugnar e conseguir restabelecer o crédito nacional no exterior, se alguns parlamentares repelem o capital estrangeiro condenam a transferência tecnológica e atacam o Banco Mundial. De que adiantaria as autoridades incrementarem o entrosamento de missões empresariais com outros países, se o estrangeiro aqui comparece, convocado por Edital, para depois ser considerado um forasteiro, só por que ele contraria interesses individuais, onerosos aos cofres públicos. Lembro que o financiamento do Banco Mundial para as obras de São Simão, faz parte do PLANO DE EXPANSÃO DA GETAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-SUL e portanto e também do interesse de nós paranaenses. Atacar esse empréstimo formalizado com garantia do Tesouro Nacional, não é atacar apenas a grande necessidade da Usina São Simão. É comprometer sim, um plano global energético que visa beneficiar toda a Região Sul.

Dai, não poderemos silenciar ante esses pronunciamentos que, a guisa de proteger uma empresa mineira, primeiro ofendem ao empresariado paranaense depois condenam o Edital da CEMIG amplamente divulgado para, de final comprometer as relações do Brasil com organismos internacionais de financiamentos, interessados em propiciar a evolução energética de toda uma região em que o Paraná também se situa.

Sempre fomos contra soluções regionalistas e tanto assim, que o Paraná tem se constituído, num cadinho de esforços oriundos de todo o Brasil, sem jamais ter pleiteado a recíproca, visto entender que somos uma federação e portanto tudo é Brasil. O ilustre Presidente Médico ao proferir a aula inaugural na Escola Superior de Guerra a 10 de março de 1970, já deixava bem clara essa premissa ao dizer:

“Espero apenas que, todas as vezes, em que estiverem em jogo os supremos valores da liberdade, do desenvolvimento e da segurança, COMPREENDAMOS QUE A PÁTRIA É UMA SÓ”.

O Paraná já cumpre esses postulados de integração, pois sabe que a ampliação competitiva, venha d'onde vier é necessário e útil ao nosso desenvolvimento.

A Usina Hidrelétrica de Salto Osório, no Paraná, de propriedade da Copel, está sendo construída por um consórcio composto por uma empresa guanabarrina e outra mineira. O Aeroporto da Foz do Iguaçu foi construído por uma empresa catarinense e em Araucária, no complexo industrial da PETROBRAS, temos o concurso honrado e eficiente de construtoras paulistas, cariocas e paranaenses.

Essa união de esforços não descaracteriza a suficiência do know how paranaense, mas representa o resultado de licitações julgadas e homologadas.

Inexiste portanto fundamentos para os ataques que a imprensa nacional

vem divulgando e que estão a atingir solentemente uma empresa que tem honrado as tradições de trabalho e respeito do povo paranaense.

Dizer-se levemente que uma das maiores empresas do Brasil — a C. R. Almeida S/A — é falida e tem títulos protestados nesta praça, é abrir precedente por demais grave que merece as atenções e providências desta Casa. Se este tipo de concorrência desleal não for coibido e repudiado em tempo, seremos responsáveis pela putrefação competitiva que disso poderá advir.

Solicito portanto à Mesa, na forma regimental, seja inserido nos Anais da Casa, este pronunciamento e acolhido também o requerimento subscrito por Deputados desta Assembleia, o qual configura ao lado dos manifestos das Classes Produtoras, já divulgados, medida concreta dos representantes do povo, ante infâmias tão lamentavelmente lançadas contra a nossa economia particular. Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, quantos minutos me restam no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Quarenta minutos, Sr. Deputado.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos últimos dias a imprensa do Sul do País vem dando destaque espetacular, com repercussão intensa ao problema da triticultura. Os grandes jornais têm dedicado editorial ao problema; é o caso do "Estado" de São Paulo, "O Correio do Povo", de Porto Alegre, além das revistas especializadas: agricultura e pecuária; Dirigentes Rurais, todas elas abordando preocupadas o problema da nossa triticultura e analisando a situação dos nossos agricultores, aqueles que cultivam a terra, plantando a semente do trigo no período principalmente de 1950 a 1960. Verificamos que nas diversas oportunidades em que o Governo Federal procurou conceder incentivos individuais a lavradores do trigo, visando o aumento da produção, os nossos agricultores nunca chegaram a ser realmente beneficiados pelas diversas formas de estímulos instituídos pelo Governo, através dos órgãos federais.

Por esse motivo, Srs. Deputados, embora analisando os excelentes propósitos dos membros do Conselho Monetário Nacional, que em sessão do dia 19 de fevereiro, do corrente ano, figura o preço de 40 cruzeiros e 32 centavos, por saca de trigo, de 60 quilos e paralelamente, preconizaram a concessão do incentivo indireto em favor dos triticultores, resumimos que as vantagens a serem concedidas pelo Governo, a exemplo do que já sucedeu no passado, também não vinha em benefício dos nossos agricultores, principalmente, por falta de uma estrutura capaz de controlar eficazmente a aplicação do deliberado por aquele egrégio Conselho; senão nós teríamos de voltar ao passado e reviver com triste memória, os acontecimentos do trigo-papel, dos incentivos individuais concedidos quando a produção do Sul se encontrava às mãos dos nossos moageiros, ou dos atravessadores, que ainda existem. A composição dos custeios da formação de um hectare de trigo, em trabalho elaborado pelos órgãos técnicos de diversas cooperativas do Estado do Paraná, atinge a um montante de 820 cruzeiros; considerando-se que a produtividade média da lavoura é de aproximadamente, no Paraná de 20 sacas, de trigo, por hectare, concluímos ser deficitário o preço de 40 cruzeiros e 32 centavos, fixados para o trigo da safra de 1973, pois viria a proporcionar uma renda de 80 cruzeiros e 40 centavos, causando um prejuízo ao lavrador, na ordem de 13 cruzeiros e 40 centavos, por hectare.

Supomos que se o próprio Conselho Monetário Nacional, considerou insuficiente o preço fixado para o trigo, procurando corrigi-lo com a concessão com o chamado estímulo indireto e diante do que acima argumentamos, propomos a esta Assembleia Legislativa reivindicar junto aos membros do Conselho Monetário Nacional no sentido de que proceda uma revisão do seu preço, fixado por saca de 60 quilos, a ser pago ao nosso agricultor.

Como sugestão acreditamos que o preço de 45 cruzeiros já defendido por inúmeras cooperativas, por saca de 60 quilos, permitiria ao nosso lavrador, uma receita de Cr\$ 900,00 por hectare, auferindo portanto, um lucro inferior a 10% sobre o montante do capital investido, na formação da lavoura, isto é, muito menos que o lucro de 30% previsto no próprio Estatuto da Terra.

Apresentamos nossa proposição por considerarmos que somente uma reduzida melhoria no preço anteriormente fixado para o trigo, poderia proporcionar condições ao nosso homem do campo de continuar plantando o cereal-rei tão necessário à nossa alimentação.

O que, Sr. Presidente, nos chamou a atenção nos últimos dias dentre outros acontecimentos verificados em torno desse momentoso assunto que tem sido discutido nas áreas de produção, nas áreas de comercialização e também nas áreas dos Governos dos Estados grandes produtores deste País, foi a entrevista concedida por S. Exa. Dr. Nestor Jost, Presidente do Banco do Brasil quando em Porto Alegre afirmou que os plantadores gaúchos que recuam diante das dificuldades, ou não plantando trigo ou diminuindo em 60% as áreas de terras plantadas com este cereal, são, no entender dele, desertores. O problema já foi analisado e não é somente de produção. Entendemos que o problema é de custo de produção. Efetivamente, a produção mundial é bem mais vantajosa que a brasileira, quer em quilos de produção, quer quanto ao seu custo. Isto se deve, em primeiro plano, à existência de uma fiscalização quanto a sementes, solo e insumos.

Assim poderia, a título de exemplo, significar que se na Bélgica ou na Holanda a produção supera os 4 mil quilos por hectare, nós paranaenses, nós brasileiros para atingirmos mil quilos por hectare em números redondos ou aproximadamente, teremos que ter um custo de produção bem mais elevado.

Há o fator insumo, que consome grande parte. Efetivamente, nossos fertilizantes dependem da importação dos principais ingredientes, o que encarece o produto.

Fizemos várias solicitações desta Tribuna, secundados por ilustres senhores Deputados da Bancada da ARENA e do MDB e voltamos ao tema porquanto em data de amanhã, 3.a-feira, está anunciada nova reunião do Conselho Monetário Nacional que irá deliberar sobre assuntos que, direta ou indiretamente, interessam ao nosso produtor.

Eu me permitiria informar ao Presidente e nobres Pares, que na última 2.a-feira, quando do recesso em consequência da Semana Santa, quando os jornais e a imprensa anunciavam a reunião do Conselho Monetário Nacional para a 3.a-feira da última semana, tomei a liberdade de enviar Telex a alguns membros do Conselho Monetário Nacional em nome da Assembleia Legislativa, encaminhei Telex ao Sr. Ministro da Agricultura e ao Presidente do Banco do Brasil.

Todavia, aquela reunião do Conselho foi transferida para amanhã 3.a-feira e é esta a oportunidade para que voltemos ao assunto, porque quero crer que é preferível pecarmos por excesso do que pecarmos por omissão em assunto

que envolve interesse de milhares e milhares de pequenos agricultores, principalmente de uma região igual a nossa, o Sudoeste paranaense.

Convém, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se alerte as autoridades constituídas para o perigo que a lavoura, não só do trigo, mas também do soja correm no instante em que o nosso agricultor deixar de atuar no binômio trigo-soja. Porque entendem todos os pesquisadores que no instante que deixarmos de plantar o trigo como cultura intermediária, para usarmos a área apenas para cultura do soja, teremos, a curto prazo, infestação das mais diferentes doenças, caminhando para o empobrecimento desta área agrícola, com a destruição desse principal produto gerador da riqueza de nossa lavoura.

Poderia me estender quanto aos dados que recebi dos órgãos técnicos, das cooperativas agrícolas de nosso Estado, dando o custo da produção deste cereal. Comparando-o com o preço mínimo fixado pelo Conselho Monetário Nacional, encontraremos um prejuízo que leva o desestímulo ao agricultor e, ao nosso Estado, prejuízos incalculáveis. Mas, prefiro abordar dois assuntos que têm urgência, no sentido de estimularem essa cultura. O primeiro deles foi, Sr. Presidente, em parte abordado pelo nobre Deputado Rosário Pitteli, e que diz respeito à ausência total de sementes selecionadas de trigo que, normalmente, são entregues e vendidas pela Café do Paraná, aos nossos agricultores. Mas há, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se acrescentar essa deficiência do órgão responsável pela distribuição de sementes e de se fazer, aqui, novamente um apelo ao Sr. Ministro Delfim Neto. Sabemos que existem já resoluções do Conselho Inter-Ministerial no sentido de que o Banco do Brasil financie o plantio de trigo. Mas essa resolução depende ainda de instruções a serem baixadas pelo Sr. Ministro da Fazenda, instruções que devem ir à Comissão Nacional de Produção para serem encaminhadas aos nossos estabelecimentos creditícios e para que possam orientar os nossos agricultores na feitura de seus projetos de financiamento. Porque somente com isto poderemos nossos agricultores auferirem dos benefícios de financiamento às suas lavouras.

Por incrível que pareça, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já se passaram 50 dias e o Sr. Ministro da Fazenda não tomou medidas que somente ele poderia tomar, que não pode delegar a ninguém, medidas que viriam em benefício de nossos agricultores já tão prejudicados por uma política de preços mínimos mal aplicados, como nós poderíamos dizer também que é o trigo o único produto agrícola que não tem preço mínimo. Poderíamos fazer com o trigo, a exemplo do que se faz com os outros produtos: fixar-se um preço mínimo, deixando-se ao agricultor a faculdade de conseguir benefícios e financiamento EGF e com os recursos desse financiamento EGF os agricultores poderiam movimentar sua lavoura e vender o trigo na entressafra pelo melhor preço, como ocorre com o feijão, o milho e tantos outros produtos. Mas o trigo é o único produto que tem o preço único, porque tem sua comercialização totalmente estandarizada. Não se dá ao agricultor flexibilidade ou liberdade de comercializar seu produto, o seu trabalho, o seu sacrifício. Então é mais do que urgente, é altamente necessário que ao triticultor se dê uma assistência um pouco melhor do que se dá aos produtores de outros cereais e oleaginosas, porque essas têm um preço mínimo, mas têm também um incentivo indireto do financiamento EGF e têm a capacidade de escolher época própria para sua comercialização quer interna quer externa.

Mas, no meu entender há um outro problema sério para o agricultor do Paraná. Nós observamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados que existe uma legislação que determina que todo o produto oriundo do Imposto de Circulação de Mercadorias, objeto de comercialização do trigo importado, segundo Decreto n.º 60.429 de março de 67, no seu artigo 4.º, diz o seguinte: "Na revenda do trigo importado pelo Banco do Brasil S.A. como executor do monopólio de importação instituído pelo Decreto-lei n.º 210 de 27 de fevereiro de 1967, considera-se local da operação, para efeito de ocorrência do fato gerador do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, o local da sede social do Banco, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 52, da Lei n.º 5.172 de 25 de outubro de 1966".

Ocorre, Srs. Deputados, que no demonstrativo da estimativa do recolhimento do ICM, a ser efetuado no Tesouro do Estado do Paraná, incidente sobre a venda aos moinhos de cereal da safra de 72, nós temos esses dados:—

Quantidade estimada da compra a ser efetuada — 320.000 t.

Menos: reserva de trigo semente (isenta), aquela que é retida, previsão de retenção — 40.000 t.

Saldo Tributável — 280.000 t.

Se nós calcularmos 5 mil toneladas a 105 cruzeiros e 98 centavos (16%) a serem libertados em 1972, nós teremos uma incidência de ICM na ordem de Cr\$ 529.900; 60.000 toneladas a Cr\$ 90,57, 14% de ICM — estimativa dos embarques ao Estado de São Paulo até 31-12-1972 — Cr\$ 5.434.200,00; 125.000 toneladas a Cr\$ 102,06, 15,5% de ICM a serem libertados e o foram aos moinhos paranaenses, após 1.º de janeiro de 1973, passem os Srs. Deputados, foi de Cr\$ 12.757.500,00; 90.000 toneladas a Cr\$ 86,83, estimativa dos embarques ao Estado de São Paulo, a partir de 1.º de janeiro deste ano, Cr\$ 7.814.700,00. Há portanto, um recolhimento do ICM direto à sede do Banco do Brasil, que é Brasília, na ordem de Cr\$ 26.536.300,00. Este é o total do ICM devido. Dentro desta estimativa, se considerarmos que 80% desse total é devido ao Tesouro do Estado do Paraná, especificamente estamos sendo lesados em Cr\$ 21.229.040,00 só de ICM da venda do trigo importado, daquele trigo que vem suprir a deficiência de nossa lavoura, deficiência que existe, no nosso entender, pela falta de estímulo aos nossos triticultores.

O Rio Grande do Sul é hoje, talvez, o responsável pela produção de mais de 80% do total do trigo nacional. Se se confirmarem as previsões das Cooperativas, dos grandes e médios produtores daquele Estado, haverá uma redução na ordem de 60% no plantio do cereal rei. Ai, então, haveremos de, no futuro, nos penitenciarmos por não termos sabido, quem sabe na época devida, despertarmos o interesse de nossos agricultores para este problema. Não se pode pretender que exista uma cultura que substitua o trigo pois ela é a fonte geradora de riquezas para nós e é necessária para o rodízio de culturas que devem ser feitas para o aproveitamento de determinadas áreas.

O Sr. Olavo Ferreira — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Estou ouvindo com atenção o seu discurso. Sendo V.Exa. como eu homens do governo acho que temos por obrigação, não fazer críticas, mas alertar o Governo sobre a situação real que existe no Paraná no que diz respeito ao setor do trigo.

O Governo tem um slogan que é "Plante que o Governo hoje garante". E dentro deste slogan que, naturalmente, V.Exa. está fazendo este apelo que é muito sério e importante. Como disse V.Exa., Deus queira que amanhã não venhamos a nos penitenciar por não termos feito um alerta ao Governo com relação ao que pode suceder pelo desânimo que, porventura, venha tomar conta dos agricultores que, não se vendo amparado, deixe de aproveitar esta oportunidade.

V.Exa. há de estar lembrado que no passado muitas e muitas vezes abordamos o problema do café. Nessa ocasião produzíamos vinte e duas milhões

de sacas de café, hoje produzimos três milhões e meio ou quatro milhões de sacas; apesar de termos bom preço ele é irrisório.

O Paraná já foi também líder no setor do algodão, foi o maior produtor e exportador de algodão; hoje, não sei bem qual é a nossa classificação, como também do café.

Deus queira que esta euforia que existe no setor da soja, amanhã, também não venha a ser necessário que V.Exa. faça a mesma observação e o mesmo apelo, isto é, para que não caiam também, os plantadores de soja, em lesão.

Portanto, nobre Deputado, V.Exa. faz muito bem.

Lembro-me de uma expressão do ilustre Ministro Delfim Neto, numa reunião que participamos, no passado, apenas com meia dúzia de companheiros, em que ele dizia que o Governo muitas vezes sabia que estava errado e que estava cometendo determinadas injustiças mas, aqueles que tinham a parcela de responsabilidade do Governo e os homens públicos precisavam, insistentemente, sempre que pudessem, dizer ao Governo que ele estava errado, para que ele não errasse porque, a vontade do Governo é não errar, e muito grande.

Portanto V.Exa. fazendo este apelo, esta observação, vai fazer nada mais do que aquilo que eu ouvi dos próprios lábios do Ministro Delfim Neto — que eles talvez desconheçam que precisa ser regulamentado, já deveria estar regulamentado, é mais do que urgente, é urgentíssimo que a medida seja tomada, então o pronunciamento de V.Exa. é um alerta no sentido de que não venha a acontecer ou o que aconteceu com o café, com o algodão e com tantos outros produtos, o que está acontecendo com o trigo, porquanto por muitos e muitos anos este Paraná — que ainda não está industrializado — vai viver da sua estrutura.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradeço o aparte, de V.Exa., eis que vejo em V.Exa. um dos homens que tem demonstrado aqui, preocupação permanente na defesa dos interesses dos nossos produtores; V.Exa., mais do que eu, tem se preocupado no estudo dessas variações das nossas culturas, quer conseqüência do seu plantio ou de sua comercialização. Daí dizer que o aparte de V.Exa. vem enriquecer o meu pronunciamento.

Tenho Srs. Deputados, Sr. Deputado Olavo Ferreira, um trabalho que me foi entregue, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Agro Pecuária Meridional — IPM — da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

Veja então, Sr. Deputado, como muitas vezes os órgãos responsáveis por determinado setor do Governo, eles se contradizem; não que façam propriamente trabalho paralelo, um desconhecendo o que o outro acompanha, mas, há uma certa dissonância no trabalho de cada um, ao ponto de prejudicar os nossos agricultores.

O IPM num trabalho que fez, resultado das pesquisas que fez, distribuiu...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica ao nobre orador, que restam apenas 5 minutos para o término da Hora do Expediente.

O SR. IVO TOMAZONI — Vou concluir.

Apenas para resumir.

Então o IPM distribuiu um trabalho muito bom, feito com zoneamento, aconselhando épocas de plantio para o trigo nas diversas regiões, nas regiões mais arenosas do Estado, eles aconselharam como época de plantio, meados de abril e meados de maio, preferencialmente em abril, a Secretaria da Agricultura aconselhou isso. A Café Paraná, órgão responsável pela distribuição das sementes não tem sementes, que se comprometeu a um preço também convencionado para início de abril, e não há perspectiva de curto prazo, a não ser que os Diretores daquele órgão estejam esquecidos de divulgarem para o conhecimento do Paraná. Mas antes de encerrar, tão somente para dar conhecimento dos termos do telex que encaminho aos três membros do Conselho Monetário Nacional e, peço o apoio dos Srs. Deputados, para que seja encaminhado também a outros três ministros do Conselho Monetário, Ministro Reis Velozzo, do Planejamento, Pratine de Moraes, da Indústria e Comércio e Ernani Gouvêia, Presidente do Banco Central.

(Lê) — Considerando excelentes propósitos membros conselho Monetário Nacional, Sessão Fevereiro último VG Fixando preço trigo quarenta cruzeiros ET trinta ET dois centavos por saca sessenta quilos ET paralelamente preconizando concessão incentivos indiretos favor triticuladores VG recebamos sucedido passado tais vantagens não venham beneficiar nossos agricultores principalmente falta estrutura capaz controlar eficientemente aplicação aquela deliberação egrégio colegiado PT Composição custeio formação um hectare trigo vg Conforme trabalho elaborado órgãos técnicos cooperativas Paraná vg atinge montante oitocentos e vinte cruzeiros pt Considerando produtividade média lavoura Parana atingindo vinte sacas trigo hectare vg concluímos ser deficitário preço estabelecido causando fatalmente prejuízo lavrador ordem treze cruzeiros ET quarenta centavos por hectare pt sugerimos preço quarenta et cinco cruzeiros saca sessenta quilos vg possibilitaram rentabilidade ordem novecentos cruzeiros por hectare permitindo lavrador auferir lucro inferior dez por cento montante capital investido lavoura vg abaixo limite trinta por cento estabelecido estatuto da Terra pt Cabe-nos alterar perigo abandono ou redução áreas plantadas trigo colocaram em risco expansão lavoura soja incidência doenças cultura essa oleaginosa pt.

Respeitosas saudações

Ivo Tomazoni

Quero crer, Sr. Presidente que em outra oportunidade, nós teremos o ensejo de focalizar este problema com detalhes mais enriquecidos por trabalhos de "expert" nesse assunto que dita a urgência das medidas a serem adotadas. Para que não corramos o risco de vermos cada vez mais, empobrecidas, as regiões que estão sendo hoje consideradas as mais ricas e prósperas deste País.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 140-72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo de Saudades, com sede e divisões que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com emenda. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 138-71, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Laranjeiras do Sul, um Curso Científico, para funcionar em 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., em Regime de Urgência, com Emenda. Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 171-72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que dá novas divisões aos Distritos Administrativos de Pranchita e Santo Antonio do Sudoeste, no Município de Santo Antônio do Sudoeste e cria os Distritos Administrativos de Canzianópolis, São Pedro do Florido e Marcianópolis, no referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136-68, de autoria do Dep. Wilson Fortes, cria um Curso Ginásial no Município de Marilena e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com substitutivo. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 136-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Curso Ginásial para entrar em funcionamento a partir do ano letivo de 1969, em Marilena.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários para a instalação e funcionamento do disposto no art. 1.º da presente Lei.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1968.

(a) Deputado Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

A densidade demográfica das regiões novíssimas do Noroeste do Estado reivindica maior número de estabelecimentos escolares. A população em idade escolar aumenta, reclamando salas de aulas.

Acreditamos que na educação, na formação e nos conhecimentos mais aprimorados reside a prosperidade, o progresso, o desenvolvimento harmonioso das gerações futuras e consequentemente o bem-estar, a produtividade mais racionalizada e finalmente como corolário disto a Paz, por que a humanidade aspira.

E a maior oportunidade para a jovem geração de hoje é que nos levou a propor à consideração aos nobres pares a criação do Ginásio de Marilena.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 136-68

AUTOR: — Deputado Wilson Fortes

SÚMULA: — Cria um Curso Ginásial no Município de Marilena e dá outras providências.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação, tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANALISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — é a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários, etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual, que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênha aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Educação que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

B) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralelo a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei, conforme emenda substitutiva anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente
Igo Losso — Relator
Emílio Carazzai
Arthur de Souza
Gilberto Carvalho
Cândido M. de Oliveira

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA

ONDE SE LÊ:

"a partir do ano letivo de 1969".

LEIA-SE:

"A partir do próximo ano letivo".

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971

(aa) Wilson Brandão — Presidente
Igo Losso — Relator
Emílio Carazzai
Arthur de Souza
Cândido M. de Oliveira
Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 136-68

AUTOR: — Deputado Wilson Fortes

SÚMULA: — Cria um curso ginásial no Município de Marilena e dá outras providências.

PARECER

A criação de estabelecimentos de ensino, é matéria de alto alcance, quanto a sua natureza, principalmente em se tratando de escolas no interior do Estado.

O presente projeto de lei não traz nenhuma implicação de ordem financeira, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Parecer favorável de acordo com substitutivo.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente
Ovidio Franzoni — Relator
Gabriel Manoel
Santos Lima

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 136-68

AUTOR: — Deputado Wilson Fortes

SÚMULA: — Cria curso ginásial em Marilena.

PARECER

1) — Visa o projeto a criação de um estabelecimento de ensino no Município de Marilena, para entrar em funcionamento a partir do ano letivo de 1969.

2) — Tendo em vista que a educação é um ônus do Estado, somos pela S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 03.04.73.

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Rosário Pitelli

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 362-68, de autoria do Dep. Luiz Malucelli, autoriza o Poder Executivo dar o nome a um dos estabelecimentos de Ensino do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. COM SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 362/68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar o nome a um dos estabelecimentos de ensino do Estado, de Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 25 de setembro de 1968

(a) Deputado Luiz R. Malucelli

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por objetivo seja denominado Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, um dos estabelecimentos de ensino do Estado, como uma das mais justas homenagens a um homem que dedicou toda a sua vida à causa pública, galgando os mais altos postos da Magistratura em nosso Estado. Intelectual dos mais respeitados pelo seu extraordinário saber jurídico, é justo passe a ter o seu nome como patrono de um estabelecimento de ensino, como exemplo à juventude.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 362-68

PARECER

1.) — O presente projeto, de autoria do nobre Deputado Luiz Renato Malucelli, autoriza o Poder Executivo a denominar "Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa", um dos estabelecimentos de ensino do Estado.

2.) — Esclarece a justificativa do projeto que essa denominação tem por objetivo prestar uma homenagem póstuma àquele eminente Desembargador, que dedicou toda sua vida à causa pública.

3.) — O Projeto é constitucional, razão pela qual, s.m.j., opinamos pela sua aprovação, nos termos do substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1970.

(aa) Emílio Carazzai — Presidente
Abraão Miguel — Relator
Paulo Poli
Armando Queiroz
Alencar Furtado e Ivo Thomazoni

SUBSTITUTIVO

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa" um dos estabelecimentos de ensino do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1969

aa) Emílio Carazzai — Presidente
Abraão Miguel — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 362-68

AUTOR: Deputado Luiz R. Malucelli

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a denominar Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, um dos estabelecimentos de ensino do Estado.

PARECER

1.) Visa o presente projeto de lei, autorizar o Poder Executivo, a denominar Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, um dos estabelecimentos de ensino de nosso Estado.

2.) Homenagem justa a um homem que desempenhou, no Estado do Paraná, dentro do Tribunal de Justiça e fora dele, quase todas as funções de mando, sempre com brilhantismo e dedicação.

3.) Desta forma, somos pela aprovação deste projeto de lei.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões em 3-4-73.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Rosário Pitelli

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lamartine Rollo Soares. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lamartine Rollo Soares. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira e outros, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lamartine Rollo Soares. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Aprígio da Silva. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marilis Faria Piretelli. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eduardo Engelhardt Netto. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Alice Pedrosa de Moraes. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Ministro do Planejamento, solicitando a inclusão do Município de Rio Branco do Sul no Planejamento que estabelece a Região Metropolitana de Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário do Interior e Justiça, sugerindo a Sua Excelência o lançamento de uma Campanha com o objetivo de aumentar o eleitorado paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Tenente Maurício Marques Canto, pela dedicação e extremo zelo, com que se houve na chefia da 3a. Seção do Estado Maior do Regimento Coronel Dulcídio. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Coronel César Cals, DD. Governador do Estado do Ceará. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado convite ao Sr. General Luiz Carlos Pereira Tourinho, para proferir palestra nesta Assembléia sobre o tema "A Atualidade Paranaense", em data a ser fixada por essa Presidência. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine providências junto ao Governo Federal, visando impedir que o Departamento Nacional de Obras e Saneamento decretize a extinção do 13.º Distrito Federal e Obras e Saneamento, sediado atualmente em nosso Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de que seja restabelecido o percentual de 20% do fundo de participação, que é distribuído aos Estados e Municípios. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, visando urgentes providências no sentido de determinar a construção de 2 salas de aulas junto ao Grupo Escolar Profa. Senhorinha Miranda de Moraes Sarmento, na Vila Centenário, nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, visando providências no sentido de determinar a reforma geral do Colégio Agrícola Estadual Lysimaco Ferreira da Costa, em Rio Negro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira e outros, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República, aos Srs. Ministros de Estado, ao Sr. Governador do Estado do Paraná, ao Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, aos Srs. Senadores do Paraná no Senado da República, aos Srs. Deputados Federais do Paraná na Câmara dos Deputados e ao Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, manifestando repúdio a campanha insidiosa e inverídica publicada no "Jornal do Brasil", no "O Globo", no "Diário de Brasília" e em outros periódicos do País, a propósito de pronunciamentos oriundos da área legislativa do Estado de Minas Gerais, visando denegrir o bom nome da empresa C.R. Almeida S.A. — Engenharia e Construções, na tentativa de expurgá-la da Licitação para as Obras Cíveis da Hidrelétrica de São Simão, de propriedade da CEMIG. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que determine à Café do Paraná medidas urgentes para a distribuição de semente de trigo para as regiões de Sertaneja e Cornélio Procopio. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, lido da Tribuna, solicitando seja enviado Telex ao Sr. Ministro do Planejamento, ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio e ao Sr. Presidente do Banco Central encarecendo aumento do preço da saca do trigo, da safra de 1973. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os: 138-71, 171-72;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os: 136-68, 362-68;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os: 162-70, 220-70, 236-71. Levanta-se a Sessão.